

Table of Contents

- 1. Introdução
 - 1.1. Teorias
 - 1.2. Paz de Westfália
 - 1.3. Convenção de Viena
 - 1.4. Declaração de Genebra
 - 1.5. Doutrina Monroe
 - 1.6. DI 'bidimensional'
 - 1.7. Outros
- 2. Fontes do DIP
 - 2.1. Materiais
 - 2.2. Formais
 - 2.2.1. Tratados Internacionais
 - 2.2.2. Usos e costumes
 - 2.2.3. Princípios gerais do DIP
 - 2.3. Subsidiárias
 - 2.4. Novas fontes

-*- coding:utf-8-unix; -*-

Introdução

Teorias

- Existem 2 teorias para o conflito de direito internacional com o direito interno: Monismo e Dualismo
- Monoismo: Um dos dois direitos seria superior ao outro e estaria sobrepujando-o.
- Dualismo: Duas ordens independentes. Para que a norma internacional tenha validade no Estado, este deve criar norma interna com mesmo teor.
- No Brasil, é utilizada a teoria "temperada": em determinados casos monista, em outros dualista.

Paz de Westfália

- Série de tratados que encerrou a guerra dos 30 anos.
- Marco da diplomacia moderna, criou-se o sentido de Estado-nação moderno.
- A partir deste momento, cada Estado tem sua soberania; os outros não devem interferir por motivos religiosos, de alinhamento político, etc.

Convenção de Viena

- Criada em 69, mas entrou em vigor em 80

- As leis internas de um país não podem permitir descumprimento de tratado internacional ao qual ele seja signatário.
- Decorrem três efeitos:
 1. O tratado internacional é efetivamente promulgado
 2. Seu texto é publicado oficialmente
 3. Sua executoriedade passa a vincular e a obrigar no plano do Direito Interno
- Resultado: O país que assinou não pode mais desobedecer tratado usando seu direito interno como 'desculpa'.

Declaração de Genebra

- Série de tratados formulados em Genebra, definindo normas para leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional.
- Tratam de direitos e deveres de pessoas, combatentes ou não, em tempo de guerra.
- Em 1863: estudar meios de combater a insuficiência sanitária nos exércitos de campanha. Deu origem à Cruz Vermelha.
- 1864: Primeira convenção, ordem de respeitar e cuidar dos militares feridos ou doentes sem discriminação; ambulâncias e hospitais são protegidos de ato hostil e reconhecíveis pelo símbolo da cruz vermelha num fundo branco.
- Sua primeira aplicação foi na Primeira Guerra Mundial.
- Segunda convenção (1906): Estender os deveres da primeira convenção às forças navais.
- Terceira convenção (1929): Tratamento dos prisioneiros de guerra
 - Prisioneiro de guerra: todo e qualquer tipo de combatente capturado, mesmo civil
 - Permitiu à cruz vermelha visitar e dialogar com os prisioneiros sem restrição.
 - Tratar prisioneiros humanamente; proibida tortura física ou psicológica
 - Obrigações sanitárias aos prisioneiros (alimentação e higiene)
 - Respeito à religião dos prisioneiros
- Quarta convenção (1949): Proteção dos civis em período de guerra
 - Civis não podem ser sequestrados para servirem de 'escudo humano'.
 - Toda e qualquer medida de retorsão visando civis e seus bens é proibida.
 - Punições coletivas são proibidas.
- Versão atual da convenção
 1. Os países em guerra não podem utilizar armas químicas uns contra os outros.
 2. O uso de balas explosivas ou de material que cause sofrimento desnecessário nas vítimas é proibido.
 3. O bombardeio de balões com projéteis é proibido.
 4. Prisioneiros de guerra devem ser tratados com humanidade e protegidos da violência. Não podem ser espancados ou utilizados com interesses propagandistas.
 5. Prisioneiros de guerra devem fornecer seu nome legítimo e patente. Aquele que mentir pode perder sua proteção.
 6. As nações devem identificar os mortos e feridos e informar seus familiares.
 7. É proibido matar alguém que tenha se rendido.
 8. Nas áreas de batalha, devem existir zonas demarcadas para onde os doentes e feridos

possam ser transferidos e tratados.

9. Proteção especial contra ataques será garantida aos hospitais civis marcados com a cruz vermelha.
10. É permitida a passagem livre de medicamentos.
11. Tripulantes de navios afundados pelo adversário devem ser resgatados e levados para terra firme com segurança.
12. Qualquer exército que tome o controle de um país deve providenciar comida para seus habitantes locais.
13. Ataques a cidades desprotegidas são proibidos.
14. Submarinos não podem afundar navios comerciais ou de passageiros sem antes retirar seus passageiros e tripulação.
15. Um prisioneiro pode ser visitado por um representante de seu país. Eles têm o direito de conversar reservadamente, sem a presença do inimigo.

Doutrina Monroe

- Anunciada em 1823, pelo presidente americano James Monroe.
- "Julgamos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência européia"
- O pensamento se resume em "América para os Americanos"
- Continha três pontos principais
 - Não criação de novas colônias nas Américas
 - Não intervenção em assuntos internos americanos
 - Não intervenção dos EUA em conflitos europeus, como guerras entre eles e suas colônias.

DI 'bidimensional'

- Até início do século XX, o DI era bidimensional: tratava da terra e do mar.
- Com a invenção do avião, passou a ser tridimensional e ocupar-se também do espaço aéreo.
- Com os avanços tecnológicos, a discussão passou para o fundo do mar e o espaço sideral.

Outros

- A convenção mais importante para o meio-ambiente: ECO92

Fontes do DIP

Materiais

- Vem da necessidade social, que faz **nascer** a necessidade de regulamentação.
- São ocorrências do "dia a dia": casamento com estrangeiro, importação de produtos, etc.

Formais

- aka "legislação"
- Emanam de uma autoridade
- Art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça: é **exemplificativo**, em teoria não há hierarquia entre as fontes de DIP (exceto Jus cogens)
- Podem ser: Tratados Internacionais, usos e costumes, princípios gerais do DIP

Tratados Internacionais

- São acordos entre ExE, ExOI, OIxOI.
- São as regras mais seguras (já que foram positivadas)
- **Devem** ser escritas
- "Convenção" costuma ser chamada de "tratado"
- É a manifestação de um acordo de vontades entre sujeitos de DI
- Tem como objetivo produzir efeitos jurídicos

Usos e costumes

- Vem da prática social reiterada e aceita socialmente
- São as mais antigas.
- Dois elementos caracterizantes;
 - Objetivo: Prática generalizada
 - Subjetivo: Aceitação como sendo "direito"; obrigatório
- As relações comerciais entre estados fizeram nascer práticas habituais antes de se tornarem regras de DI
- Antes da "convergência" de vontades em tratados, algumas relações já eram praticadas e aceitas
- Para ser aceitado, deve ser obrigatório em todo o território do Estado praticante, ou pelo menos em boa parte dele
- Tem sido a origem da maior parte das normas internacionais; muitos tratados são apenas a consagração escrita do direito **consuetudinário**.

Princípios gerais do DIP

- São bens jurídicos que devem ser protegidos antes mesmo de se tornarem regras jurídicas
- Há consenso para escolher e respeitar certas condutas ou bens jurídicos
- Depende da época histórica, interesses, objetivos, valores, etc.
- "Pacta sunt servanda"
- Admite boa fé das partes
- Admite o conceito de coisa julgada
- Atua como Justiça Universal

Subsidiárias

- Apesar do nome, são tão importantes ou até mais que as outras.
- Dividem-se entre **Doutrina** e **Jurisprudência**

Novas fontes

- Jus cogens
- Soft Law
- Analogia: Uso de casos e regras para situação semelhante
- Equidade: "Igualdade"
- Atos unilaterais dos Estados: Apenas quando afetam a comunidade internacional. Ex: permissão de navegação no Rio Amazonas.